

1. **ÁFRICA DO SUL ADOTA MEDIDAS ANTIDUMPING CONTRA FRANGO, DIZ UBABEF**
2. **APREENSÕES DE AGROTÓXICOS CRESCEM 73% EM 2011, DIZ SINDAG**
3. **BRASIL FOODS CRIA JOINT VENTURE COM EMPRESA CHINESA**
4. **BRASIL QUER AUMENTAR EXPORTAÇÕES PARA A CHINA**
5. **CONTRA LOTEAMENTO, ÓRGÃO PROMETE 'CONCURSO INTERNO'**
6. **EXPORTAÇÕES AMERICANAS DE MILHO DEVEM AUMENTAR EM 2011/2012, DIZ USDA**
7. **EXPORTAÇÕES DE MILHO DEVEM CAIR ATÉ 11% 13/02/2012 - 9H47**
8. **FUNDO CLIMA EMPRESTARÁ R\$ 560 MILHÕES COM JURO DE 2,5% A 9,5% AO ANO**
9. **GOVERNO QUER O FIM DO INCENTIVO FISCAL PARA IMPORTAÇÕES POR PORTOS**
10. **GOVERNO, CNA E CAIXA FIRMAM PARCERIA PARA CONSTRUIR CASAS NO CAMPO**
11. **MDIC PUNE TRIANGULAÇÃO NA IMPORTAÇÃO DE COBERTORES**
12. **MILHO: LEILÕES DE VENDA DA CONAB OFERTAM 59.080 TONELADAS DIA 15**
13. **PARAGUAIOS COBRAM SOLUÇÃO PARA TERRAS ONDE ESTÃO BRASILEIROS**
14. **PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NO CENTRO-SUL ATINGE 31,24 MILHÕES DE TONELADAS**
15. **PRODUTORES DE ARROZ ESPERAM PREÇOS 82% MAIORES NO ANO**
16. **RENDA AGRÍCOLA AMERICANA DEVE CAIR 6,5%**
17. **RENDA LÍQUIDA DA AGRICULTURA AMERICANA DEVE RECUAR 6,3%, PREVÊ USDA**
18. **SAFRA GOIANA DE MILHO E FEIJÃO DEVE AUMENTAR**
19. **VENDA DE ARROZ EM CASCA SEGUE LENTA NO RIO GRANDE DO SUL, DIZ CEPEA**
20. **VENDA DE ETANOL PELAS USINAS CAI 32% EM JANEIRO**
21. **VENDAS BAIXAS EM SUPERMERCADOS PREJUDICAM VAREJO**

RENDA AGRÍCOLA AMERICANA DEVE CAIR 6,5%

Carine Ferreira | De São Paulo - Valor Econômico - 14/02/2012

A renda líquida agropecuária dos Estados Unidos deve somar US\$ 91,7 bilhões em 2012, uma queda de US\$ 6,3 bilhões ou 6,5% em relação a 2011, aponta relatório divulgado ontem pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Já o valor adicionado da produção agropecuária deverá diminuir em US\$ 4,2 bilhões, para US\$ 145,1 bilhões, neste ano.

Apesar da redução em relação ao apurado em 2011, tanto a renda quanto o valor da produção estão entre os três mais altos da série histórica, já descontada a inflação. Além disso, mantêm-se acima do patamar observado em 2010.

De acordo com o USDA, as receitas agrícolas devem experimentar um pequeno aumento em 2012, em parte compensado pela queda nas receitas da pecuária.

Em contrapartida, os custos também devem ser mais elevados. As principais despesas da agricultura (sementes, fertilizantes e pesticidas) devem aumentar em aproximadamente 1%. Já os custos da pecuária devem avançar 2,1%.

Mais em www.ers.usda.gov/Briefing/

EXPORTAÇÕES DE MILHO DEVEM CAIR ATÉ 11% 13/02/2012 - 9H47

Neste ano, as exportações de milho de Mato Grosso devem cair entre 10% e 11% na quantidade, a exemplo do que ocorreu em 2011, quando o volume de envios do grão para o exterior retraiam em 11% no Estado, passando de 6,828 bilhões de toneladas em 2010 para 6,085 bilhões de toneladas no ano passado. No entanto, o volume financeiro deve continuar crescendo, segundo perspectiva do presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Carlos Fávaro.

Em 2011, as exportações do grão chegaram ao montante de US\$ 1,684 bilhão, enquanto em 2010 o somatório total foi de US\$ 1,346 bilhão, alta de 25,12%. A redução dos envios mato-grossenses deve acompanhar o ritmo brasileiro, já que segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a exportação brasileira de milho, que na safra passada alcançou 9,4 milhões de toneladas, deve cair para 8,5 milhões de toneladas nesta colheita, recuo de 10%.

Conforme o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Carlos Fávaro, ainda não há projeções concretas de quanto os envios devem cair em toneladas neste ano, ficando em torno dos 10% a 11%, como em 2011. "Em

contrapartida o excedente será utilizado para cobrir a demanda do mercado interno, que vem crescendo muito, principalmente neste ano por conta da seca na região Sul do país, que afetou a safra de milho de lá. Além disso, o volume financeiro deverá continuar crescendo pois o preço das commodities está em alta", analisa.

Embarques- Em 2011, Mato Grosso exportou para o continente americano 118 milhões de toneladas, participando com 29,7% do total embarcado ao exterior pelo Brasil, que totalizou 398,2 milhões de toneladas, cerca de 4% menor do que em 2010 (414,6 milhões de toneladas).

A participação mato-grossense nos embarques nacionais diminuiu 11,3 pontos percentuais entre os períodos analisados. Em 2010 esta participação foi de 41% do volume nacional e em 2011 ficou em 29,7%. Os países sul-americanos que encabeçaram a lista de maiores importadores de Mato Grosso foram Cuba, Venezuela, Peru e Bolívia. Autor: Maíza Prioli - Fonte: Folha do Estado

MILHO: LEILÕES DE VENDA DA CONAB OFERTAM 59.080 TONELADAS DIA 15

SAFRAS & MERCADO Por Arno Baasch, arno@safras.com.br
SAFRAS (13) - A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) realiza leilões de venda de estoques públicos de milho na quarta-feira (15), ofertando 59.080,681 toneladas, divididas em dois avisos (45 e 46). O aviso 45 oferta 5.783,398 toneladas, divididas em três lotes, com origem em Minas Gerais (lote 01) e Mato Grosso (lotes 02 e 03). O preço de abertura, com exclusão de ICMS, em R\$/quilo será divulgado até dois úteis antes da realização do leilão. O aviso 46 coloca à venda 53.297,283 toneladas, em 11 lotes, com origem em Goiás (lote 01), Minas Gerais (lotes 02 e 03), Mato Grosso do Sul (lotes 04 a 08) e Mato Grosso (lotes 09 a 11). O preço de abertura, com exclusão de ICMS, em R\$/quilo será divulgado até dois úteis antes da realização do leilão. Poderão participar do leilão os interessados que tenham como atividade principal, que deverá constar na AVE, e estejam em plena atividade nos seguintes segmentos: avicultores, suinocultores, bovinocultores de leite e de corte, cooperativas de criadores de aves, de suínos e de bovinos de leite e de corte, indústria de ração para avicultura, suinocultura e bovinocultura, indústrias de insumo para ração animal e indústrias de alimentação humana à base de milho, que estejam devidamente cadastrados perante a Bolsa por meio da qual pretendam realizar a

operação, e que estejam em situação regular no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da CONAB - SIRCOI. (AB)

VENDAS BAIXAS EM SUPERMERCADOS PREJUDICAM VAREJO

Agência Estado

O volume de vendas de supermercados e hipermercados subiu 4% em 2011, o resultado mais fraco desde 2005 (2,1%). Aumentos de preços dos alimentos no início do ano, por conta de commodities mais caras no primeiro semestre, aliados a problemas climáticos que originaram choques de oferta, levaram ao enfraquecimento na variação, segundo o gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, Reinaldo Pereira. "Como esta atividade tem o maior peso na composição do varejo restrito, isso (a alta menos intensa) seguiu o avanço no volume de vendas em 2011", acrescentou o especialista.

A piora no desempenho de hipermercados e supermercados também ajudou a diminuir o ritmo de avanço no volume de vendas do varejo restrito na margem (em relação a mês imediatamente anterior), que saiu de 1,2% para 0,3% de novembro para dezembro. Somente nesta atividade houve queda de 1,7% no volume de vendas, em dezembro contra novembro.

Outro ponto destacado por Pereira foi a ascensão da nova Classe C. Ele lembrou que estas famílias, ao experimentar renda mensal mais elevada, deixam de considerar alimentos como principal item em seu orçamento doméstico, e passam a diversificar compras. Isso, na prática, diminuiu o consumo de alimentos, o que atinge em cheio as vendas de supermercados e hipermercados.

Fiel da balança

O comportamento do varejo restrito nacional poderia ter sido pior, não fosse a trajetória favorável de móveis e eletrodomésticos. O volume de vendas desses setores no comércio varejista subiu 16,6% no comércio restrito em 2011. Embora tenha sido mais fraco do que a elevação em 2010 (18,3%), a alta se posicionou muito acima da média do varejo restrito nacional no ano passado (6,7%). "Podemos dizer que esta atividade ajudou muito a manter em alta as vendas do comércio varejista no ano passado", avaliou Pereira. O especialista lembrou os movimentos de incentivo tributário lançados pelo governo, que reduziu impostos em produtos da chamada linha branca, como geladeiras e fogões, no ano passado. "Isso reduziu preços e estimulou compras", comentou.

Sinal vermelho

O volume de vendas de veículos, motos, partes e peças no mercado varejista ampliado subiu 6,1% no ano passado, o pior resultado desde 2005, quando fechou o ano com alta de 1,5%. Para o gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, ocorre uma "saturação" nas vendas de automóveis.

Ele lembrou que muitos consumidores aproveitaram o ano de 2010 para trocar de carro, aproveitando a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos flex autorizada pelo governo naquele ano - que deixou os automóveis mais baratos.

Ao longo de 2011, ficou visível o fato de que o brasileiro já tinha efetuado movimento de renovação de frota no ano anterior. "É incomum alguém trocar de carro todo o ano. O que temos agora é uma parada no consumo, um arrefecimento", avaliou.

SAFRA GOIANA DE MILHO E FEIJÃO DEVE AUMENTAR

CANAL DO PRODUTOR De acordo com a COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB), a safra 2011/12 registrará um aumento de 6,9% na área plantada com milho 2ª safra. Ainda segundo a CONAB, o feijão 1ª e 2ª safra registrará um acréscimo de 27% e 29% em sua produção, em comparação com o levantamento de janeiro, respectivamente. Os altos preços do feijão devem influenciar na escolha do produtor, que deverá optar por esta cultura no plantio irrigado.

Tanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como a CONAB trouxeram as mesmas novidades no levantamento de fevereiro a nível de Brasil: a perspectiva do aumento da área e da produção de milho safrinha; e a redução na produção de milho 1ª safra e soja. De acordo com a CONAB, a safra de milho safrinha

registrará um aumento de 13% de área e 20% de produção em relação à safra passada, reflexos dos bons preços praticados no mercado. A CONAB reduziu em fevereiro a estimativa da produção de milho 1ª safra (redução de 7,6%, comparando com o levantamento de Janeiro) e soja (redução de 3,5%, comparando com o levantamento de Janeiro). Este resultado se deve a estiagem no sul do país que causou forte redução na produção brasileira. Em relação a Goiás as novidades ficam por conta do milho e do feijão.

Gerência de Comunicação do Sistema Faeg/Senar

PRODUTORES DE ARROZ ESPERAM PREÇOS 82% MAIORES NO ANO

DCI - SP

Depois de enfrentarem valores na casa de R\$ 17 a saca em 2011, os rizicultores brasileiros acreditam que o produto chegar a R\$ 31 durante o ano - São Paulo

Ao fim de uma safra marcada por grandes volumes e a consequente desvalorização do arroz, os rizicultores iniciam a nova colheita com expectativa de haver equilíbrio entre a oferta e a demanda. A produção é estimada em 11,3 milhões de toneladas do grão, com área de plantio reduzida por conta da última temporada.

Os preços - motivo de preocupação do segmento durante o ano passado - devem se manter acima do valor mínimo de R\$ 26, podendo ultrapassar os R\$ 30, segundo expectativas do mercado. Mesmo assim, o governo prevê a utilização de metade do estoque de passagem atual, que comporta 1,6 milhão de toneladas, e a importação de mais um milhão de toneladas de arroz.

"A previsão oficial está dentro da normalidade, considerando os problemas climáticos", disse o presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Renato Rocha. "Ano passado produzimos dois milhões de toneladas a mais do que o consumo, e tivemos um achatamento de preços. O ideal seria termos uma oferta equivalente à demanda", disse.

E isso pode realmente acontecer no cenário atual, sem que haja a interferência de terceiros. O representante torce o nariz para o uso de estoques da União ("o ideal seria o governo não intervir no mercado") e é contra a importação de arroz de países do Mercosul, que pressionam os preços internos para baixo.

Em 2011, a rizicultura nacional produziu 13,6 milhões de toneladas, mas os preços despencaram até R\$ 17, prejudicando os rizicultores. A queda, somada a importação de cerca de 750 mil toneladas de arroz, fizeram os produtores diminuírem a área de plantio. Para piorar, houve problemas climáticos, agravados pelo fenômeno La Niña, em todas as regiões produtoras.

Seca gaúcha

A estiagem que afetou diversas culturas agrícolas no sul do País, nos últimos meses, também prejudicou a rizicultura, cujo consumo de água é um dos maiores de todas as lavouras. No Rio Grande do Sul, perderam-se 7,5% de área de plantio e 10% de produtividade, de acordo com o presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), Cláudio Pereira.

Em volumes totais, a quebra estimada é ainda maior: 18%. Os gaúchos esperam uma safra de 7,5 milhões de toneladas para este ano. "A oferta vai andar nessa faixa", diz Pereira. Mas os preços, na contramão, devem superar em muito os do ano passado, quando houve uma superprodução de arroz e "o governo fez a maior intervenção da história da rizicultura".

Se a saca (50 quilos) chegou a custar R\$ 17 em 2011, o mesmo não deve ocorrer neste ano. "Achamos que o preço vai se manter firme, entre R\$ 28 e R\$ 31, com leve queda no período de colheita", afirma o representante. O preço mínimo do arroz, abaixo

*Deputado Federal MOREIRA MENDES
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

do qual o governo intervém nas cotações, é de R\$ 25,80. Os gaúchos, portanto, estão tranquilos.

"Nós temos oferta suficiente para garantir a demanda de todo o País", afirmou Pereira, mas considerando dois fatores que vão além da própria produção: os estoques de passagem da União e a importação de países do Mercosul - Uruguai, Argentina e Paraguai, nesta ordem.

"[A estiagem] ajuda com os preços do arroz", disse o presidente do Irga. Outro aspecto favorável às cotações é o crescimento da demanda, considerado "vegetativo" pelo representante.

Perda de área

O rizicultor Walter Arns, que detém dois mil hectares em arrendamento na região de Uruguiana, no Rio Grande do Sul, perdeu 10% da sua área produtiva em consequência da seca. "Com menos água, plantou-se menos", disse ele, "a estiagem fez com que houvesse uma redução na área plantada".

A colheita de Arns começará no dia 15, com produtividade a nível "normal" - nove toneladas de arroz por hectare -, como classificou o agricultor. "As lavouras que já começaram a colher deverão produzir menos, porque estão fora da época", afirmou.

Arns acredita que um plano do governo gaúcho posto em cogitação no ano passado vingará neste ano. "Acredito que, em função da quebra da colheita do milho, torne-se viável vender arroz para o consumo animal", declarou.

MT: alta produção

Apesar de uma redução de área significativa nas últimas três décadas, a produtividade do arroz triplicou no Mato Grosso. Levantamento da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) mostra que na safra de 1977 o estado plantou 780 mil hectares e colheu 976,5 toneladas. Em 2000, já tendo diminuído a área plantada em mais de 300 mil hectares, rendeu 1,2 mil toneladas do grão.

ÁFRICA DO SUL ADOTA MEDIDAS ANTIDUMPING CONTRA FRANGO, DIZ UBABEF

Por Gerson Freitas Jr. | Valor

SÃO PAULO - A África do Sul resolveu aplicar tarifas antidumping sobre as importações de frango do Brasil, informou a União Brasileira de Avicultura (Ubabef). A entidade, que representa os exportadores, ainda não detalhou as sanções.

O país africano abriu em junho uma investigação contra um suposto dumping das exportações brasileiras de frango inteiro e desossado (congelados), a pedido da Associação Sul-africana de Aves (Sapa, na sigla em inglês).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações de carne de frango para a África do Sul somaram US\$ 202,4 milhões em 2011, um aumento de 26% sobre a receita apurada nos 12 meses anteriores.

(Gerson Freitas Jr. | Valor)

BRASIL QUER AUMENTAR EXPORTAÇÕES PARA A CHINA

Agência Brasil

O Brasil quer intensificar a pauta de exportações para a China, disse hoje o vice-presidente da República, Michel Temer, logo depois da reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). Pelo lado chinês, participou o vice-primeiro-ministro do país, Wang Qishan.

Segundo Temer, o Brasil quer aumentar as exportações de carne para a China. "Podemos enfatizar o nosso interesse em aumentar as nossas exportações de carnes de aves, de carne bovina e de porco", disse o vice-presidente. Ele informou que a questão das exportações chinesas para o Brasil, que têm crescido nos últimos meses, também foi tratada. "Também solicitamos que fosse feito, pelos chineses, um eventual dimensionamento das suas exportações para o Brasil."

Temer disse ainda que, além das carnes, o Brasil também tem interesse em vender aviões da Embraer para a China. O mercado de aviões executivos na China é um dos que mais cresce no mundo e o Brasil tem interesse em vender os jatos Legacy da Embraer para os chineses.

Representantes do Brasil e da China discutem, em Brasília, temas políticos e econômicos. Merkel pediu para China comprar bônus da dívida italiana. China reprimirá com firmeza distúrbios em zonas tibetanas. China disposta a ampliar ajuda à Europa. China dobrará orçamento de defesa até 2015.

Outro ponto tratado na reunião foi o Programa Ciência sem Fronteiras que prevê o envio de estudantes brasileiros para especialização no exterior. A intenção é que 100 estudantes brasileiros possam estudar na China e o mesmo número de estudantes chineses possa vir estudar no Brasil.

De acordo com o vice-presidente, os dois países querem trabalhar em conjunto na formulação de políticas no âmbito do Brics - grupo formado pelo Brasil, pela Índia, China, Rússia e África do Sul - e também no G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo.

O vice-primeiro-ministro chinês, Wang Qishan, disse que seu país tem interesse em fazer mais investimentos no Brasil, principalmente, na área de infraestrutura. Os chineses também querem aumentar a cooperação na área de ciência e tecnologia, especialmente na área de nanotecnologia.

Qishan disse ainda que o Brasil e a China, "como grandes economias emergentes", devem trabalhar para recuperar a economia mundial. Além disso, ele alertou para a questão do protecionismo que tem sido adotado por muitas economias para proteger seus mercados. "O Brasil e a China, como grandes economias emergentes, devem combater o protecionismo e reformular as regras da economia internacional". A próxima reunião da Cosban deverá ocorrer até o fim de 2013.

GOVERNO QUER O FIM DO INCENTIVO FISCAL PARA IMPORTAÇÕES POR PORTOS

Por Yvna Sousa | Valor

BRASÍLIA - A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse nesta terça-feira que é "absolutamente imprescindível" a aprovação, no Senado, de uma resolução que acaba com incentivos à entrada de produtos importados por alguns portos brasileiros.

A aprovação do texto foi colocada como prioridade do governo em reunião da presidente Dilma Rousseff com ministros, líderes parlamentares e dirigentes dos partidos aliados no Congresso.

O Projeto de Resolução nº 72 pretende impedir que Estados concedam incentivo fiscal, por meio da redução da alíquota interestadual do ICMS, aos produtos estrangeiros que ingressam no Brasil em portos localizados em seus territórios.

"É uma matéria que temos que agilizar a votação porque ela vem exatamente na contramão do fortalecimento da indústria nacional, da geração dos empregos no Brasil", declarou Ideli, cujo berço político, Santa Catarina, concentra alguns dos mais importantes portos do país.

A ministra listou ainda como prioridades do governo no Congresso em 2012 as aprovações da Lei Geral da Copa, do fundo de previdência complementar do servidor público (Funpresp) e a última votação do Código Florestal na Câmara.

(Yvna Sousa | Valor)

BRASIL FOODS CRIA JOINT VENTURE COM EMPRESA CHINESA

Por Ana Luísa Westphalen | Valor

SÃO PAULO - A Brasil Foods estabeleceu hoje uma joint venture com a empresa chinesa Dah Chong Hong (DCH). Por meio da parceria, a companhia busca desenvolver a marca Sadia na China, além de ter acesso ao processamento local, com alcance dos canais varejo e alimentação na China Continental, Hong Kong e Macau. As empresas estudavam a proposta desde maio do ano passado, quando assinaram um memorando de entendimentos.

Na nova empresa, a Brasil Foods será responsável pela produção, suporte técnico e marketing dos produtos, enquanto a DCH irá concentrar suas atividades na cadeia de suprimentos e distribuição.

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

das operações, processamento e embalagem e serviços gerais de suporte de operação durante a fase inicial de transição.

Conforme comunicado ao mercado publicado hoje, a estimativa é que a joint venture alcance volumes acima de 140 mil toneladas e receitas de aproximadamente US\$ 450 milhões no primeiro ano.

A Brasil Foods e a DCH terão participação igualitária na nova empresa e a administração será compartilhada entre o mesmo número de membros das duas companhias para o conselho de administração e para o comitê executivo.

A Dah Chong Hong é subsidiária do conglomerado internacional Dah Chong Hong Holdings, listado na Bolsa de Hong Kong. A holding chinesa é controlada pelo Grupo Citic Pacific, que é 56,7% estatal. (Ana Luísa Westphalen | Valor)

EXPORTAÇÕES AMERICANAS DE MILHO DEVEM AUMENTAR EM 2011/2012, DIZ USDA

Por Carine Ferreira | Valor

SÃO PAULO - As exportações americanas de milho da temporada 2011/12 devem aumentar 1,27 milhão de toneladas (50 milhões de bushels) chegando a 43,18 milhões de toneladas (1,7 bilhão de bushels), segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

A estimativa é que, diante da redução na produção da Argentina, a competitividade global deve ser facilitada, de acordo com o USDA. A queda na produção argentina deve ser de 4 milhões de toneladas.

(Carine Ferreira | Valor)

VENDA DE ARROZ EM CASCA SEGUE LENTA NO RIO GRANDE DO SUL, DIZ CEPEA

Por Bettina Barros | Valor

SÃO PAULO - A comercialização de arroz em casca no Rio Grande do Sul permaneceu lenta nos últimos dias. De acordo com boletim do Cepea, as indústrias têm demonstrado menor interesse de compra, já que estão à espera de um avanço na colheita da nova safra.

"De modo geral, as poucas negociações têm sido fechadas a preços estáveis ou com ligeira alta frente aos valores praticados no início de fevereiro. Isto porque a disponibilidade de arroz no Estado é baixa. Produtores que ainda possuem arroz em seus armazéns ou depositado nas beneficiadoras se mantêm retraídos", diz o informe.

Entre 6 e 13 de fevereiro, o Indicador do Arroz em Casca Esalq/Bolsa Brasileira de Mercadorias-BM&FBovespa registrou ligeira alta de 0,6%. Ontem, fechou a R\$ 27,32/sc.

(Bettina Barros | Valor)

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NO CENTRO-SUL ATINGE 31,24 MILHÕES DE TONELADAS

Por Fabiana Batista | Valor

SÃO PAULO - A produção de açúcar no Centro-Sul do país desde o início da safra 2011/12, em abril, até 1º de fevereiro deste ano somou 31,24 milhões de toneladas, queda de 6,76% em relação aos 33,50 milhões de toneladas produzidos no fim da última safra, segundo dados divulgados hoje pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

A produção de etanol hidratado teve queda acumulada no período de 28,79%, alcançando 12,80 bilhões de litros, ante os 17,97 bilhões de litros verificados no fechamento da safra 2010/11. Em relação ao anidro, a produção apresentou crescimento de 5,37% quando comparado ao final da safra passada. Foram 7,81 bilhões de litros, ante os 7,41 bilhões de litros observados no final da safra anterior.

Segundo a Unica, na segunda quinzena de janeiro foram processadas apenas 476,64 mil toneladas de cana-de-açúcar por oito unidades produtoras (duas no Estado do Espírito Santo, três em Mato Grosso do Sul, uma em Mato Grosso e duas em Minas Gerais). (Fabiana Batista | Valor)

VENDA DE ETANOL PELAS USINAS CAI 32% EM JANEIRO

Por Fabiana Batista | Valor

SÃO PAULO - A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul, divulgou hoje relatório que mostra que as vendas de etanol feitas pelas usinas em janeiro atingiram 1,29 bilhão de litros, 32,32% menos do que as registradas em igual mês de 2011. Do total vendido, 1,24 bilhão de litros foram destinados ao mercado interno, sendo 483,91 milhões de litros de anidro (queda de 17%) e 760,40 milhões de litros de hidratado (queda de 38%). O diretor técnico da Unica, Antônio de Pádua Rodrigues, explica que a queda nas vendas de anidro ocorreu em razão da redução da mistura do produto na gasolina de 25% para 20%.

No entanto, no acumulado da safra o saldo é de aumento. Desde abril de 2011 até 1º de fevereiro deste ano, as vendas de anidro na região Centro-Sul atingiram 6,72 bilhões de litros, aumento de 8,16% em relação ao registrado em igual intervalo da safra passada. Desse total, 647,19 milhões de litros foram exportados e 6,07 bilhões de litros destinados ao mercado doméstico. A entidade esclarece que as vendas internas de anidro incluem também os volumes importados de produtores e não produtores.

Quanto ao hidratado, que abastece diretamente os veículos flex-fuel, as vendas acumuladas atingiram 10,82 bilhões de litros até 1º de fevereiro, queda de 31,63% em relação ao valor observado em igual período da safra anterior.

(Fabiana Batista | Valor)

MDIC PUNE TRIANGULAÇÃO NA IMPORTAÇÃO DE COBERTORES

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) puniu nesta terça-feira, 14, o primeiro caso de circunvenção (conhecido como triangulação) nas importações brasileiras. Os cobertores de fibras sintéticas importados pelo Brasil do Uruguai e do Paraguai foram sobretaxados em US\$ 5,22 o quilo.

O governo concluiu que os produtos são provenientes da China e passam por transformação marginal no Uruguai e Paraguai, antes de entrarem no Brasil, para burlar a medida antidumping aplicada contra os cobertores chineses. Além disso, a importação de tecidos de felpas longas da China, usados na fabricação dos cobertores, também passou a ser sobretaxada em 96,6%.

Em fevereiro de 2011, a empresa brasileira Jolitex Ltda, fabricante de cobertores, alegou que importações de tecidos de felpa longa de fibra sintética, de origem chinesa, e importações de cobertores do Paraguai e do Uruguai, fabricados com esses tecidos chineses, estariam frustrando os efeitos do direito antidumping aplicado contra cobertores chineses em vigor desde abril de 2010.

A circunvenção é considerada uma prática desleal de comércio. As empresas exportadoras se utilizam desse mecanismo para fugir da sobretaxa aplicada ao produto. Desde o início da investigação, a importação de cobertores estava sob licenciamento não automático para permitir o monitoramento dos fluxos de entrada no Brasil. Neste regime, a Secex tem até 60 dias para conceder a licença de importação.

Também está em andamento no MDIC uma investigação de circunvenção contra importações de calçados da Indonésia e Vietnã. A suspeita é que estes mercados estejam sendo usados por exportadores chineses para evitar o pagamento de mais imposto de importação no Brasil.

RENDA LÍQUIDA DA AGRICULTURA AMERICANA DEVE RECUAR 6,3%, PREVÊ USDA

Por Carine Ferreira | Valor

SÃO PAULO - A renda líquida agrícola dos Estados Unidos é estimada em US\$ 91,7 bilhões em 2012, queda de US\$ 6,3 bilhões ou 6,5% contra a previsão de 2011, segundo relatório divulgado hoje pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

A projeção de renda líquida de caixa, de US\$ 96,3 bilhões, representa recuo de 11,5% contra 2011. Mesmo assim, pode permanecer acima da média de dez anos (2002-2011) de US\$ 80,3 bilhões.

O resultado maior reflete a renda de produção no atual ano, comercializada ou não no mesmo ano civil. A receita líquida de caixa reflete apenas o caixa das transações no corrente ano. A

*Deputado Federal MOREIRA MENDES
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

receita líquida é uma medida do aumento da riqueza da produção, enquanto a renda de caixa apura a capacidade de pagamento das contas.

(Carine Ferreira | Valor)

PARAGUAIOS COBRAM SOLUÇÃO PARA TERRAS ONDE ESTÃO BRASILEIROS

Existem 9 mil famílias de carperos acampadas em uma faixa de terra, por onde passam as torres de transmissão de energia

13/02/12 às 18:10 | Agência Brasil

Os carperos (sem-terras paraguaios) deram esta semana um ultimato ao governo do presidente Fernando Lugo: querem uma solução para a questão das terras ocupadas há décadas por colonos brasileiros. "As terras foram adquiridas ilegalmente e precisam ser restituídas ao Estado", disse, Federico Ayala, um dos líderes dos carperos. "Caso contrário, vamos fazer uma ocupação massiva, e vamos mobilizar também os motoristas de caminhão, que apoiam nossa causa, para bloquear as estradas".

Segundo Ayala, existem 9 mil famílias de carperos acampadas em uma faixa de terra, por onde passam as torres de transmissão de energia, no município de Nanducay

O governo paraguaio informou que a Justiça está examinando os títulos das terras, apresentados pelos colonos brasileiros, para determinar sua legalidade. Os que estiverem ocupando terras ilegalmente podem perder suas propriedades. Mas, até a decisão judicial, cabe ao Poder Executivo proteger a propriedade privada.

"Vivemos um clima de incerteza e de tensão, que é prejudicial para a produção agrícola. Estamos colhendo com escolta policial. Mas quem vai continuar investindo nas terras sem saber se vai ser invadido ou se poderá transportar os produtos para serem comercializados ou exportados?", declarou o produtor brasileiro Elói Walter. "Temos medo da violência porque os dois lados estão armados, e qualquer chispa pode desencadear uma tragédia".

A história do conflito de terras, na fronteira do Paraguai com o Brasil, remonta à ditadura do general Alfredo Stroessner (1954/1989). Ele queria desenvolver a região do Alto Paraná e incentivou colonos brasileiros a ocupá-las, vendendo terras fiscais a preços acessíveis. Nas últimas quatro décadas, os brasiguaios (como são chamados os colonos brasileiros que se estabeleceram no Paraguai) investiram na produção agrícola, principalmente na lavoura de soja.

O Paraguai é hoje o quarto maior produtor mundial de soja, mas os paraguaios reclamam que essa riqueza não beneficia a população local: 80% das terras paraguaias estão nas mãos de 2% da população, segundo o governo, que quer promover uma reforma agrária. Um dos maiores proprietários de terras do país é o brasileiro Tranquilo Favero, que está no Paraguai há quatro décadas e naturalizou-se paraguaio.

"Muitos colonos brasileiros não têm culpa: foram usados por Favero, como laranja. Exploram terras que, na verdade, são dele", disse Ayala. Mas Elói Walter assegura que os títulos dos brasileiros são legais e muito dinheiro foi investido nelas. "Eram terras improdutivas, que nós trabalhamos durante anos, até torná-las produtivas", declarou. "É o meu caso. Vim para cá há 34 anos, graças à política de incentivo de Stroessner. Tinha acabado de passar no vestibular para medicina, e larguei tudo para começar do zero. Casei e tenho filhos e netos nascidos no Paraguai. Não é justo que agora queiram tirar tudo que construímos", disse.

As invasões de terras começaram em 2011, mas nos últimos meses aumentaram. O governo paraguaio está enviando policiais à região para proteger os colonos e impedir novas invasões. Mas, segundo Ayala, essa situação não pode continuar assim por muito tempo. Se a Justiça demorar para resolver o problema, eles vão voltar a invadir as terras.

"Será uma invasão ordenada. Permitiremos aos brasileiros colherem o que já plantaram, mas não deixaremos que plantem mais ou que transportem suas mercadorias até resolver a questão", disse Ayala.

FUNDO CLIMA EMPRESTARÁ R\$ 560 MILHÕES COM JURO DE 2,5% A 9,5% AO ANO

Por Diogo Martins | Valor

RIO – O Ministério do Meio-Ambiente e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram nesta segunda-feira R\$ 560 milhões em linhas de crédito para o Fundo Clima, inserido no programa homônimo que visa a financiar projetos relacionados às ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

"Esse fundo é extremamente estratégico, porque baseia-se na inovação tecnológica", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Do total de recursos, R\$ 530 milhões são recursos reembolsáveis, direcionados a ações de mitigação ligadas aos planos setoriais e a projetos de adaptação que tenham potencial de retorno financeiro e investimentos do setor público.

Essas linhas serão gerenciadas pelo BNDES, com juros que variam de 2,5% a 9,5% ao ano, para seis tipos de projetos: modais de transporte eficientes, máquinas e equipamentos eficientes, energias renováveis, resíduos com aproveitamento energético, carvão vegetal, e combate à desertificação.

"As taxas mais baixas são para os projetos de maior risco", disse o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Segundo ele, a ideia é incentivar, entre outros projetos, empreendimentos menos desenvolvidas no país, como a geração de energia solar e dos oceanos.

Os outros R\$ 30 milhões, operados pelo ministério do Meio Ambiente, são recursos reembolsáveis, voltados para projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança climática e seus efeitos.

Ao todo, dos R\$ 560 milhões de financiamento, 60% são oriundos da Participação Especial do Petróleo. As outras potenciais fontes são doações, empréstimos, entre outros.

(Diogo Martins | Valor)

GOVERNO, CNA E CAIXA FIRMAM PARCERIA PARA CONSTRUIR CASAS NO CAMPO

Senadora Kátia Abreu durante lançamento do programa no TO - foto: Joatan Silva

O Governo do Estado, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura e a Caixa Econômica Federal firmaram parceria para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, no Tocantins. O lançamento do programa aconteceu na manhã desta segunda-feira, 13 de fevereiro, na sede da Faet – Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins.

Na ocasião, foram assinados dois convênios – um entre a Caixa Econômica Federal e o sistema Faet/CNA, que tem como objetivo a construção de 1.406 moradias na zona rural do Tocantins. O outro convênio foi assinado entre Governo do Tocantins e o sistema Faet/CNA e tem como objetivo a construção de 1.500 unidades habitacionais. Ao todo, mais de 2.900 famílias, que moram na zona rural do Tocantins, serão beneficiadas com a parceria.

Presente no evento, o vice-governador João Oliveira, que representou o governador Siqueira Campos, destacou a importância da aplicação do programa no Tocantins. "Sabemos das dificuldades que os homens e mulheres da zona rural enfrentam, por isso é grande a importância do programa ser iniciado no nosso Estado", enfatizou o vice-governador, completando que o Governo liberará cerca de R\$ 1 milhão para viabilizar as construções nas regiões de difícil acesso do Estado.

Em seu discurso, a presidente da Faet/CNA, senadora Kátia Abreu, falou sobre o "alto" déficit de moradia rural, que em todo Brasil passa de um milhão. "As políticas públicas avançaram nas cidades, mas poucas chegaram ao campo e por isso a importância desse trabalho em parceria com a CNA, que tem o Tocantins como piloto", afirmou a senadora.

Para o secretário da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário, Jaime Café, agricultores familiares do Tocantins terão um grande ganho em qualidade de vida, com a execução do programa de assistência à moradia. "Esse é um projeto importantíssimo para o campo e o fato de o Tocantins ter sido escolhido como piloto, comprova a relevância do setor produtivo do nosso Estado e a boa representação que temos, na esfera federal", avaliou Jaime Café. Minha Casa Minha Vida Rural

De acordo com o cronograma de execução do projeto, as moradias no Tocantins, que fazem parte do Programa Minha Casa Minha

*Deputado Federal MOREIRA MENDES
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

Vida Rural, serão construídas num prazo que varia entre 4 a 12 meses. As casas terão 36 m², com no mínimo dois quartos, com instalações de água e energia elétrica. O benefício será concedido aos agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 15.000,00.

O Programa Minha Casa Minha Vida liberará até R\$ 25 mil para construção de novas unidades e até R\$ 15 mil para conclusão, reforma e aplicação de moradias rurais. O beneficiário participará com uma contrapartida de 4% do valor liberado, que poderá ser pago em até quatro parcelas anuais, sem cobrança de juros ou correção monetária.

APRENSÕES DE AGROTÓXICOS CRESCEM 73% EM 2011, DIZ SINDAG

Por Luiz Henrique Mendes | Valor

SÃO PAULO - As autoridades brasileiras retiraram de circulação 55 toneladas de agrotóxicos ilegais em 2011, conforme levantamento do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag). Trata-se de um volume 73% superior às 32 toneladas apreendidas no ano anterior.

O levantamento do Sindag também mostrou o expressivo crescimento da participação dos agrotóxicos falsificados no total apreendido, em detrimento das retenções de defensivos contrabandeados. Do total retirado de circulação em 2011, 40% eram de produtos falsificados, fatia que representava apenas 5% no ano anterior. No caso dos agrotóxicos contrabandeados, a participação passou de 95% em 2010 para 60% no ano passado.

De acordo com o Sindag, os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás tiveram apreensões representativas durante o ano de 2011.

(Luiz Henrique Mendes | Valor)

ÁFRICA DO SUL TAXA FRANGO BRASILEIRO

Luiz Henrique Mendes e Sergio Leo | De São Paulo e Brasília

Valor Econômico

As tarifas antidumping aplicadas pela África do Sul na sexta-feira sobre as importações de carne de frango do Brasil devem significar uma perda anual de US\$ 70 milhões para exportadores, segundo a União Brasileira de Avicultura (Ubabef). A África do Sul é o 7º maior mercado para o frango brasileiro. No ano passado, foram enviadas 195 mil toneladas do produto ao país, o equivalente a 4,9% das exportações totais

Classificadas como "sem fundamento" e "mal embasadas tecnicamente" pelo governo brasileiro, as tarifas antidumping aplicadas pela África do Sul sobre as importações de carne de frango do Brasil poderão significar uma perda anual de US\$ 70 milhões aos exportadores nacionais, conforme cálculos divulgados ontem pela União Brasileira de Avicultura (Ubabef). A África do Sul é o 7º principal mercado para o produto brasileiro. Em 2011, as exportações para o país somaram 195 mil toneladas, ou 4,9% do volume total.

Na sexta-feira, a Comissão de Administração de Comércio Internacional da África do Sul (Itac, na sigla em inglês) anunciou a decisão de impor uma tarifa de 62,92% sobre as vendas brasileiras de frango inteiro e de 46,59% sobre os cortes desossados. As sobretaxas somam-se às tarifas normais de importação (5% para o frango inteiro e 27% para os cortes desossados). As medidas já estão em vigor e afetam contêineres já embarcados. A sanção vale até 10 agosto e é prorrogável por mais três meses.

Como a catarinense Aurora colaborou com as investigações, o órgão sul-africano anunciou uma tarifa diferenciada (6,26%) para as exportações de cortes desossados da central de cooperativas. O Valor apurou, no entanto, que a menor alíquota para a Aurora decorre dos baixos volumes enviados ao país, já que empresas como Seara, da Marfrig, e BRF - Brasil Foods também responderam aos questionamentos sul-africanos e não tiveram quaisquer vantagens.

"A defesa feita pela BRF foi completamente desconsiderada", afirmou o presidente da Ubabef, Francisco Turra. Segundo ele, a decisão do país africano é "completamente descabida", a começar pelo próprio relatório preliminar de investigações divulgado ontem. "Os dados dos preços estão incorretos e englobam carcaças, que tem preço menor", explicou o dirigente, que tem até 2 de março para contestar a Itac.

O governo brasileiro já decidiu cobrar explicações do governo sul-africano no comitê antidumping da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se reúne em abril. O passo seguinte, se não houver reversão da medida, pode ser uma queixa formal ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. "Contamos com a reação do governo brasileiro", cobrou Turra, preocupado com o efeito multiplicador da medida e com a imagem do setor.

"É um relatório [o da sul-africana Itac] de fato bastante ruim, e o governo brasileiro avalia que outras medidas podem ser adotadas para evitar prejuízo ao setor", disse a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, que acompanhou o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, a duas reuniões com o ministro sul-africano de Comércio, Rob Davies, nas quais o tema foi discutido.

O chefe do departamento de Defesa Comercial, Felipe Hees, também tentou mostrar as "inconsistências" do processo antidumping contra o frango em reuniões com os sul-africanos - parceiros do Brasil, com a Índia, no grupo de países emergentes conhecido como Ibas. "Já desde o início a investigação sul-africana nos chamou atenção", disse Tatiana. "Motivou um documento extenso apontando vários aspectos na abertura da investigação que precisariam ser considerados pelos sul-africanos e não foram". Embora já se fale no governo na abertura de um caso contra a África do Sul na OMC, Tatiana Prazeres é cautelosa. "A opção não é nossa, é das empresas, e não está descartada", disse. "O recurso à comissão antidumping é uma declaração pública de que o Brasil pretende seguir adiante". Decidida a seguir esse caminho, a Ubabef informou que iniciará o governo brasileiro com uma análise a ser elaborada por Ana Caetano, advogada da BRF, e Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do MDIC.

De acordo com Ricardo Santin, diretor de mercados da Ubabef, o relatório preliminar da Itac, que utilizou dados de 2010, aplicou a medida antidumping sobre um volume que representa apenas 3% importações sul-africanas - 7 mil toneladas de frango inteiro e 18 mil toneladas de cortes desossados.

"Como 3% poderiam causar grandes prejuízos aos produtores locais?", indagou. Além disso, diz, a própria produção de frango do país africano cresceu nos últimos anos. Os sul-africanos importaram apenas 16% do frango consumido em 2010, ante 20% quatro anos antes, revelou. O Brasil responde por cerca de 70% do volume que a África do Sul importa. "A importação é apenas complementar", argumentou Santin.

Há cerca de três anos, a Associação Sul-africana de Aves (Sapa, na sigla em inglês) cobrava medidas contra os exportadores do Brasil, acusados de competição desleal. Os pleitos culminaram na abertura de uma investigação em junho de 2011.

Segundo Francisco Turra, os produtores sul-africanos perderam competitividade diante da maior fiscalização das autoridades locais contra o excesso de água no frango, o que explicaria a campanha contra o produto importado. Medidas semelhantes, conta, foram tomadas contra os exportadores dos Estados Unidos e tem a Argentina e a União Europeia como próximos alvos. "Essa denúncia tem cunho político. Eles temem a concorrência do produto brasileiro", assegurou Turra.

Uma fonte do Ministério da Agricultura - que não se posicionou oficialmente sobre o assunto - afirmou que a medida já era esperada, tendo em vista o processo aberto em junho. Mesmo com

*Deputado Federal MOREIRA MENDES
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

falhas, diz a fonte, o governo terá dificuldades em resolver o problema. (Colaborou Tarso Veloso, de Brasília)

CONTRA LOTEAMENTO, ÓRGÃO PROMETE 'CONCURSO INTERNO'

O Estado de S. Paulo - 14/02/2012

Com o argumento de blindar seus cargos de comando contra o loteamento político, o Dnit criará uma espécie de concurso interno para a nomeação de superintendentes regionais, coordenadores-gerais e outros cargos. Na quinta-feira, o Conselho de Administração da autarquia analisará proposta de resolução com as regras do processo seletivo. Trata-se de uma espécie de regulamentação da portaria, publicada em dezembro, que restringe os altos cargos de confiança aos funcionários de carreira.

O Estado teve acesso à minuta do texto, que prevê a publicação de um edital com as regras de cada concurso e o perfil do servidor almejado para o cargo. Os candidatos terão de preencher uma ficha de inscrição.

Vão ser pontuados conforme critérios como a adequação ao perfil e a experiência na área de atuação. Após o "funil", os nomes dos três melhores classificados serão encaminhados à Diretoria Colegiada do Dnit, que indicará o ocupante da vaga.

As regras propostas, que ainda podem sofrer alterações, cumprem determinação da presidente Dilma Rousseff ao novo diretor-geral do Dnit, coronel Jorge Ernesto Pinto Fraxe, de evitar a ingerência política na autarquia.

A atual cúpula do órgão tenta resistir a pressões políticas. Recentemente, barrou uma nomeação do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para a superintendência em Mato Grosso do Sul.